



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª  
REGIÃO  
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
VARA DO TRABALHO DE ALMENARA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
ANA CAROLINA SIMÕES SILVEIRA**



**Lei de Criação nº 7.729, de 6-1-1989  
Data da instalação: 20-7-1990  
Data de implantação do PJe: 22-10-2015**

**Jurisdição:** Almenara, Águas Vermelhas, Bandeira, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Divisa Alegre, Divisópolis, Felisburgo, Fronteira dos Vales, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Medina, Monte Formoso, Palmópolis, Pedra Azul, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto.

**Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 29-8-2016, p. 03.**



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª  
REGIÃO  
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO**

Às 8h30min do dia quatorze de setembro de 2016, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, **Dr. César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Almenara, situada na Rua Lívio Fróes Otoni, nº 96 – 1º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Ana Carolina Simões Silveira**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Maria Esther Pires de Faria Guimarães; pelos servidores Bárbara Santos Hoffman, Eliana Ferreira Pires, Jerônimo Tupy da Fonseca, Kleuber Brandão Carregosa, Maria Rosa Oliveira Santana, Max Souza Pires, Sheila Oliveira Piloto Galvão, Vilson José Dias Oliveira; Ausentes os servidores Graciella Maia Capelletti e Roberta Cruz Braga, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

**1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA**

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Do mencionado protocolo, consta o registro de 643 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 11-9-2016, apurando-se a média de 4,09 processos por dia útil.

**1.2. PAUTA** – As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 14-9-2016, extraídos do PJe, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) procedimento sumariíssimo: 4-10-2016;
- b) procedimento ordinário: 19-10-2016;
- c) instrução: 23-2-2017;
- d) Instrução processos físicos: 1-12-2016.

**1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 50 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 30 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

**1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – A Vara expediu 63 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 50 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

**1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 53 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 50 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

**1.6. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 13 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

**1.7. CARGA PARA ADVOGADOS** – Não existem autos de processos físicos com carga.

**1.8. CARGA PARA PERITOS** – Constam 4 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas/no prazo. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 22 processos pendentes para exame de peritos.

**1.9. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 268 mandados expedidos em processos físicos e 406 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 13 pendentes de cumprimento e 120 mandados pendentes de cumprimento no PJe, também no prazo.

**1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS** – Há 6 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

**1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 54,65% em 2015. A meta estabelecida para este indicador em 2016 é de 48,3%.

**1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO** - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 11-8-2016, existem 7 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

**FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2016 até 11-9-2016)**

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	2
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	47
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	10
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	94
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	36
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	267



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	47
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	109

**1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Existem 250 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 284 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 188 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 4 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2016 até 11-9-2016.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, no ano 2015, cuja média de processos em fase de execução foi de 722, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,51% em 2015. A meta estabelecida para este indicador em 2016 é de 66%.

**1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo como sistema e-Gestão, dados de 11-9-2016, existe 1 processo, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

**2.1. PROCESSOS EM PAUTA** – Na pauta do dia 14-9-2016 havia 11 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 1 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 6 processos;
- c) **instrução:** 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 010373/16, 010590/16, 010645/16, 010646/16, 010579/16, 010600/16, 010601/16, 010652/16, 010613/16 e 010192/16.

**RESULTADO** – Os processos encontram-se em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação, determinando-se, assim, que seja observada pelo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

magistrado a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 76, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o artigo 764, *caput*, da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para efeito deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo.

**2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – Exame dos autos dos processos 010483/16, 010648/16, 010647/16, 010636/16, 010030/16, 010508/16, 010499/16, 010477/16, 010507/16 e 010448/16.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

**2.3. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se não há processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Não é demais, contudo, recomendar que não seja designado o denominado julgamento *sine die*, sendo necessária a intimação das partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual. Nos termos do artigo 851, § 2º, da CLT, “a ata será, pelo presidente ou juiz, junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 horas, contado da data da audiência de julgamento...”. Caso seja seguida, subsidiariamente, a preceituação do artigo 226, III, do CPC, o prazo para serem proferidas as decisões é de 30 dias, não se aplicando a dilação de 48 horas a que se refere o texto consolidado.

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849 da CLT. Determina-se, portanto, a inclusão na pauta dos processos *sine die* e/ou na fase de conhecimento sem audiência marcada, quando o motivo do adiamento for a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de carta precatória inquiritória.

**2.4. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO** – Examinados os autos dos processos 010159/16, 010277/16, 010299/16, 010328/16, 010334/16, 010559/16, 010300/16, 010406/16, 010552/16, 010518/16, 010519/16, 010525/16, 010238/16, 010517/16 e 010503/16..

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

**2.5. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.6. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil pública, até esta data, em tramitação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

**2.7. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há lação civil coletiva, até a presente data, em tramitação.

**2.8. PROCESSOS JULGADOS** – Examinados os autos dos processos 010454/16, 010339/16, 010346/16, 010412/16, 010618/16, 010631/16, 010630/16, 010617/16, 010616/16 e 010615/16.

**RESULTADO** – Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

**2.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Foram examinados os autos dos processos:

010031/16, 010150/16, 010022/16, 010047/15, 010121/15, 010061/15, 010029/15, 010053/15, 010268/16, 010341/16, 010215/16 e 010151/16.

**RESULTADO** – Os processos encontram-se em ordem.

**2.10. PROCESSOS ARQUIVADOS** – Examinados os autos dos processos 010387/16, 010588/16, 010551/16, 010606/16, 010387/16, 010635/16, 010548/16, 010624/16, 010611/16, 010610/16, 010608/16, 010609/16 e 010501/16.

**RESULTADO** – Os processos encontram-se em ordem.

**2.11. PROCESSOS REQUISITADOS PELO VICE-CORREGEDOR DURANTE OS TRABALHOS DE CORREIÇÃO:** foram examinados os autos dos processos 010585/16, 010602/16, 010401/16, 010566/16, 010577/16, 010582/16, 010590/16, 010654/16 e 010482/16.

**RESULTADO** – Os processos encontram-se em ordem.

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA** – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o seguinte **prazo médio** para realização de audiências, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão do dia 11-9-2016:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 16 dias;
- b) **procedimento ordinário:** 33 dias;
- c) **instrução:** 42 dias;
- d) **instrução no físico:** 211 dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 14-9-2016, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor apurou a seguinte **disponibilidade de pauta:**



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª  
REGIÃO  
CORREGEDORIA**

- a) **procedimento sumariíssimo:** 9 dias (23-9-2016);  
b) **procedimento ordinário:** 35 dias (19-10-2016);  
c) **instrução:** 90 dias (13-12-2016).

**CORREIÇÃO DE 2015:** Na correção realizada em 22-7-2015, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 13 dias;  
b) **procedimento ordinário:** 25 dias;  
c) **instrução:** 73 dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 13 dias;  
b) **procedimento ordinário:** 19 dias;  
c) **instrução:** 85 dias.

**CORREIÇÃO DE 2014:** Na correção realizada no dia 20-11-2014, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 15 dias;  
b) **procedimento ordinário:** 30 dias;  
c) **instrução:** 165 dias.

A disponibilidade de pauta foi de:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 11 dias;  
b) **procedimento ordinário:** 61 dias;  
c) **instrução:** 153 dias.

Prazos médios da pauta

	2014	2015	2016
Procedimento Sumariíssimo	15	13	16
Procedimento Ordinário	30	25	33
Instrução	165	73	126

Disponibilidade de Pauta

	2014	2015	2016
Procedimento Sumariíssimo	11	13	9
Procedimento Ordinário	61	19	35
Instrução	153	85	90



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

**PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2016 até 11-9-2016)**

(fonte: e-Gestão)

**a) conhecimento:**

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	133	16
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	388	33
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	202	16
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	30	211
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	376	56
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	1	173
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	201	16
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	46	217
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	360	57

**b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2016 até 11-9-2016)**

(fonte: e-Gestão)





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	16	105
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	4	29
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	78	121
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	6	48

c) Fase de execução (de 1º-1-2016 até 11-9-2016)  
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	16	1.066
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	1	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	53	407
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2015, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento:** 427, média de 1,9 por dia;
- b) **decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 46, média de 0,2 por dia;
- c) **decisões na fase de execução:** 70, média de 0,31 por dia;
- d) **total:** 543 processos conclusos para decisão no período, média total de 2,41 por dia de expediente forense.

	Ano-2015	Média/dia útil
<b>Sentenças de conhecimento</b>	427	1,9
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	46	0,2
<b>Decisões na fase de execução</b>	70	0,31
<b>Total</b>	543	2,41

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – Em agosto de 2016, com 21 dias úteis, realizaram-se:

- a) **audiências de procedimento sumariíssimo:** 11, média de 0,5 por dia;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

- b) audiências de procedimento ordinário: 66, média de 3,1 por dia;  
c) audiências de instrução: 25, média de 1,2 por dia;  
d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 6, média de 0,2 por dia;  
e) total de audiências: 108, média de 5,1 por dia.

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	11	0,5
Procedimento ordinário	66	3,1
Instrução	25	1,2
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	6	0,5
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>5,1</b>

No mês de agosto de 2016, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 26 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 1 sentença decorrente da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 16 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13h. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 400 despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

**5. PRODUÇÃO** – Do total de 945 processos para solução em 2015, 681 foram recebidos no ano 2015, 244 são processos remanescentes de 2014 e 20 são oriundos de sentenças anuladas. A média recebida por dia útil foi de 3. No ano 2015, foram solucionados 792 processos, dos quais 365 foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 83,81%.

Do total de 996 processos para solução em 2014, 854 foram recebidos no ano 2014, 140 são remanescentes de 2013 e 2 são oriundos de sentenças anuladas. No ano 2014, foram solucionados 750 processos, nos quais, 301 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 75,30%.

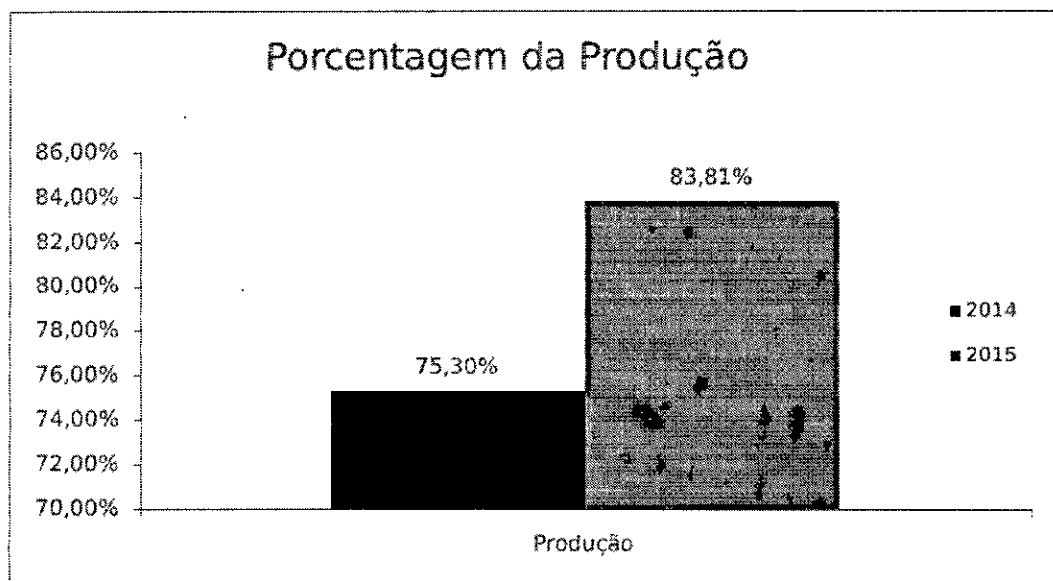
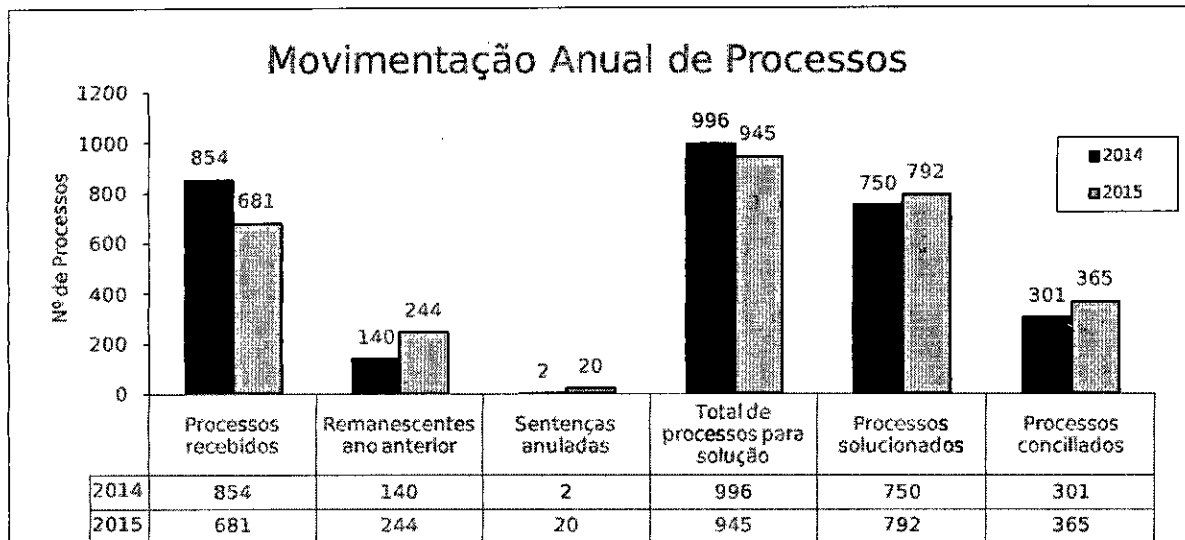
Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 20,26% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2015 houve um aumento de 8,51%.

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Processos recebidos	854	681
Processos remanescentes do ano anterior	140	244
Sentenças anuladas	2	20
<b>Total de processos para solução</b>	<b>996</b>	<b>945</b>
Processos solucionados	750	792
Processos conciliados	301	365
Produção	75,30%	83,81%



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**



**5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE** – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

O IP é um macroindicador calculado a partir de micro e mesoindicadores aos quais se atribuem pesos para o cálculo final.

Os microindicadores estabelecidos pela Corregedoria Regional para medição no IP são:

- antiguidade dos processos pendentes de finalização,
- quantidade de processos pendentes de finalização,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

- prazo médio entre o ajuizamento e o arquivamento da ação,
- índice de conciliação,
- índice de solução,
- taxa de congestionamento no conhecimento,
- taxa de congestionamento na liquidação,
- taxa de congestionamento na execução, e
- taxa de congestionamento nos incidentes processuais.

Os mesoindicadores representam o agrupamento de microindicadores de características semelhantes. São quatro os mesoindicadores utilizados para o cálculo do IP:

- acervo, que une as informações da antiguidade e da quantidade dos processos pendentes de finalização;
- celeridade, composto pela medição do prazo médio em dias corridos;
- produção, que agrupa os índices de conciliação e de solução; e
- represamento processual, que agrega as informações das taxas de congestionamento nas diversas fases do processo, conforme indicado anteriormente.

O Índice de Produtividade é, então, a agregação dos quatro mesoindicadores acima listados.

Todos os indicadores (macro, meso e micro) originalmente calculados passam por uma técnica de relativização, ou seja, os índices são reparametrizados e representam numericamente uma comparação entre as varas. Nesse sentido, o valor numérico do IP e de seus indicadores componentes varia entre 0 e 1, sendo zero o melhor valor e 1, o pior.

Vale destacar, por fim, que os indicadores são apurados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, levando em consideração os dados dos 12 meses anteriores.

PERÍODO	IP
Jul/14 a Jun/15	0,3101
Jul/15 a Jun/16	0,2140

Fonte: e-Gestão em 25/07/2016

Obs: Como cada apuração leva em consideração uma relativização distinta entre as varas, deve-se ter cautela ao comparar os resultados dos IPs ao longo do tempo.

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Jul/15 a Jun/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,2301	0,2082	0,5063	0,1099

Fonte: e-Gestão em 25/07/2016

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jul/14 a Jun/15	VALOR ORIGINAL Jul/15 a Jun/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jul/15 a Jun/16	MICRO REPARAMETRIZADO
------------------------	------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	--	-----------------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

ACERVO	ANTIGUIDADE	1.384 dias	1.363 dias	1.513 dias	0,3778
	PENDENTE	1.297	1.143	3.543	0,0186
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	695,65 dias	637,89 dias	790,43 dias	0,2082
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	39,04%	43,40%	38,09%	0,4647
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	110,35%	100,60%	96,87%	0,4938
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	33,55%	30,61%	43,75%	0,3306
	TC LIQUIDAÇÃO	34,26%	22,45%	45,03%	0,2020
	TC EXECUÇÃO	71,11%	63,75%	77,32%	0,4050
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	0,00%	9,77%	17,85%	0,1266

Fonte: e-Gestão em 25/07/2016

**6. ARRECADAÇÃO** – Ao exame dos dados estatísticos da Vara do Trabalho, ano 2015, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o registro dos seguintes valores:

<b>Contribuição Previdenciária</b>	<b>Imposto de Renda</b>
R\$338.660,53	R\$63.623,88

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 01/2011, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 05/2015, que dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes assistidas por advogado, a advogados e terceiros interessados, por meio de telefone e 152015, que dispõe sobre a juntada pelas partes de elemento físico destinado ao processo judicial eletrônico.

**8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor constatou que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

nº 241, de 2015, referente ao recesso de 1º a 5 de janeiro de 2016 e a Ordem de Serviço GP N. 2, de 16 de novembro de 2015, que suspendeu os prazos processuais no período de 7/1/2016 a 20/1/2016.

**10. RECOMENDAÇÕES:**

**10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

- 1) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a citação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 795 do CPC, bem como a inclusão destes no polo passivo da execução, atentando, assim, para as disposições contidas no artigo 6º da Instrução normativa nº 39/2016, do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o qual “Aplica-se ao Processo do Trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica regulado no Código de Processo Civil (arts. 133 a 137), assegurada a iniciativa também do juiz do trabalho na fase de execução (CLT, art. 878)”;
- 2) redobrada e intensificada a atividade jurisdicional para imprimir paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo, naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, de modo a dar expressão prática ao imperativo constitucional da duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Lei Magna;
- 3) cumpridos os artigos 139 a 143 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, da Corregedoria Regional, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa em estado de falência ou de recuperação judicial;
- 4) cumprida a Recomendação nº 2, de 2 de maio de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento;
- 5) observada, quanto à CNDT instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP nº 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011, e Ato TST-GP nº 1, de 2012;
- 6) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, antes de devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;
- 7) conferida prioridade à tramitação e ao julgamento das ações coletivas e das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 1, de 3 de maio de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 13 de maio de 2011, republicada em cumprimento ao disposto no art. 1º do Ato Conjunto nº 4/GP.CGJT, de 9 de dezembro de 2013, divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de dezembro de 2013;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

8) encaminhada “cópia das decisões em que haja o reconhecimento, por meio de prova pericial, de agente insalubre no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentencas.dsst@mte.gov.br](mailto:sentencas.dsst@mte.gov.br), com cópia para [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)”, na forma determinada pela Recomendação Conjunta nº 3/GP.CGJT, de 27 de setembro de 2013, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 30 de dezembro de 2013;

9) cumprida, fielmente, a Recomendação CGJT nº 2/2010, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de junho de 2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

10) observado o disposto no Ato GCGJT nº 17/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12-9-2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, com base na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), bem assim o Provimento nº 4/2012, do TRT da 3ª Região, que dispõe sobre o arquivamento provisório ou definitivo do processo de execução, conversão de autos físicos de processos de execução arquivados provisoriamente em certidões de créditos trabalhistas e, ainda, o artigo 181 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015 deste Regional;

11) informado ao INSS, por meio do *e-mail* [pfmng.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfmng.regressivas@agu.gov.br), a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independentemente do trânsito em julgado, com cópia para o endereço [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do OF.TST.GP nº 218/2012, de 7 de março de 2012;

12) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; consoante artigo 26, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

13) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que aos juízes são inerentes, inclusive, na fase de execução;

14) ordenada a pronta liberação do depósito recursal, em favor do reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal, prosseguindo a execução depois pela diferença, conforme inciso I do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

15) observados os termos do inciso III do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho que determina " a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC", além de outras providências que possam promover o arquivamento definitivo do processo;

16) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;

17) evitada a utilização do sistema BACEN JUD, quando se tratar de execução provisória (Súmula 417, III, do TST);

18) observados o artigo 298 e 304 a 306 do Provimento nº 3/2015, deste Regional e o §3º do artigo 1º da Resolução nº 100, de 24 de novembro de 2009, do CNJ, que dispõem sobre a obrigatoriedade de transmissão das cartas precatórias de forma eletrônica, via Malote Digital;

19) observado o artigo 293, do Provimento nº 3/2015, deste Regional, que trata da expedição de Cartas Precatórias, facultando a expedição de mandado a ser distribuído, via PJe, diretamente à Central de Mandados do Foro Trabalhista ou da Vara do Trabalho;

20) na execução provisória, cumpridas as determinações dos artigos 110 a 122 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, deste Regional;

21) observadas as determinações constantes da Recomendação nº 12/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias;

22) realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;

23) consultadas, conferidas e utilizadas, como instrumento de gestão, as estatísticas e informações do sistema e-Gestão, por meio do sítio eletrônico da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

24) observado pelos Juízes Titulares, Juízes Substitutos e Juízes Auxiliares, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior, o disposto nos artigos 832 da CLT e 489, I, do CPC, notadamente, no que se refere à necessidade do relatório, requisito essencial, a constar das sentenças proferidas em ações sujeitas ao rito ordinário, em trâmite nos meios físico ou eletrônico, indiscriminadamente;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

- 25) excluída a informação dos agrupadores tão logo a tarefa correspondente seja executada, evitando-se o acúmulo desnecessário de informações, atentando-se principalmente para exclusão das defesas (contestação/reconvenção/exceção) no agrupador "Petições não apreciadas";
- 26) observada a Resolução CSJT nº 136, de 25-4-2014, que instituiu o Sistema de Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho como sistema de processamento de informações e práticas de atos processuais, estabelecendo parâmetros para a sua implementação e funcionamento;
- 27) cumprida a Resolução Conjunta GP/GCR nº 30, de 6 de outubro de 2015 e os artigos 49 a 51 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, deste Regional, que regulamentam a utilização dos serviços postais e remessa de documentos, no âmbito da Justiça do Trabalho da 3ª Região;
- 28) observado os termos do Ofício Circular nº 028/2015-CR-TRT, de 27 de novembro de 2015, quanto ao adimplemento de parcelas relativas ao FGTS – art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.036/90;
- 29) cumprida a Recomendação CR/VCR nº 1, de 25 de janeiro de 2016 quanto à baixa nos autos devolvidos com a Sentença proferida;
- 30) cumprida a Recomendação GCR/GVCR/02/2016, de 17 de fevereiro de 2016, sobre a inobservância do disposto no artigo 26, parágrafo único da Lei 8.036/90;
- 31) cumprida a Recomendação GCR/GVCR/03/2016, de 19 de fevereiro de 2016, sobre a inobservância do correto andamento processual nos casos de Conflito de Competência;
- 32) observada a correta utilização do e-PAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme recomendação nº CR/VCR/04/2016, de 3 de março de 2016;
- 33) observada a Instrução Normativa nº 39/16, do colendo Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho;
- 34) a troca da senha do BACEN JUD efetuada, pelo próprio usuário, a cada 90 dias, antes de sua expiração, após o que deverá ser solicitada exclusivamente por meio de ofício dirigido à Secretaria da Corregedoria, via e-PAD, conforme ofício Circular nº 01/2016; acrescente-se que a senha é pessoal, e deve ser utilizada em outras unidades judiciárias;
- 35) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª  
REGIÃO  
CORREGEDORIA**

**10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

Recomenda, também, o Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

1) cumprida a Portaria GP/CR nº 283, de 9 de junho de 2016, que estabelece a prorrogação dos prazos processuais, para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento, em decorrência do horário de funcionamento e de atendimento ao público de todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, estabelecido na Portaria GP/CR nº 214/2016;

2) cumprida a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e autoriza a implantação da cesta de correspondências;

3) observado o Ofício-Circular N. GVCR/19/16, sobre a Semana Nacional da Execução Trabalhista;

4) cumprida a Recomendação GCR/GVCR nº 7, de 1º de agosto de 2016, que trata do julgamento *sine die*, a saber: "Aos juízes de Varas do Trabalho, Foros Trabalhistas e Postos Avançados da Primeira Instância, na capital e no interior, que, não sendo a sentença proferida na própria audiência de instrução, não adotem a sistemática do julgamento "sine die"; observem o prazo legal para a prolação e publicação da sentença; consignem na ata de audiência que a sentença será prolatada e publicada no prazo legal, com a respectiva publicação no DEJT, sem a necessidade de indicação de dia e hora, e remetam o processo judicial eletrônico, ao final da instrução, para a tarefa "Minutar Sentença";

O Desembargador Vice-Corregedor reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

**10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2015:**

O Desembargador Vice-Corregedor verificou que as recomendações, então formuladas, foram integralmente observadas.

**11. METAS ESTRATÉGICAS**

**11.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2016:**

Durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, foram aprovadas as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016, dentre elas, sob a coordenação da Vice-Corregedoria deste Regional:

**Meta 1** – Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2015 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 119%, tendo cumprido a Meta.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

Consultando o sistema e-Gestão, constatou o Desembargador Vice-Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara, relativamente à Meta 1 para 2016:

Vara do Trabalho de Almenara - de 1º-1-2016 até 11-9-2016			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
<b>Total</b>	643	631	98,13%

**Meta 2** – Julgar processos mais antigos. Julgar 90% dos processos distribuídos até 31-12-2014, no 1º e 2º graus.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-16 até 11-9-16, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que há 6 processos distribuídos até 31-12-2014 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

**Meta 3** – Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, isto é, alcançar um Índice de Conciliação de 41,7% no TRT-MG.

**Meta 5** – Impulsionar processos à execução. Baixar em 2016, na Justiça do Trabalho, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Meta 6** – Priorizar o julgamento das ações coletivas. Julgar até 31-12-2016 as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013, no 1º grau.

**Meta 7** – Priorizar o julgamento dos processos dos litigantes e dos recursos repetitivos. Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

## **11.2. INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO – TRT 3ª REGIÃO**

Os indicadores estratégicos constantes do Plano Estratégico do TRT da 3ª Região para 2016 são:

**Indicador 6:** Índice de processos julgados no 1º grau;

**Indicador 8:** Tempo médio de duração do processo – fase de conhecimento, 1º grau;

**Indicador 10:** Taxa de congestionamento – 1º grau;

**Indicador 12:** Índice de execução;

**Indicador 13:** Tempo de duração do processo de execução contra ente privado;

**Indicador 14:** Taxa de congestionamento na fase de execução;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

**Indicador 15:** Índice de conciliação – fase de conhecimento;

**Indicador 17:** Índice de concentração de processos dos maiores litigantes.

## **12. CONTROLE DE GASTOS E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

No que se refere ao controle de gastos e responsabilidade socioambiental, porque perenes, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 24/14, da solicitação constante no Ofício Circular GP 02/2016, da Presidência deste Regional e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional. Em atenção a necessidade de acessibilidade no TRT3, registra-se que a Vara do Trabalho de Almenara não possui rampa de acesso para pessoa portadora de necessidades especiais, bem como elevador, não existindo cadeira de rodas. Não há banheiro adaptado.

**13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Com base no artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** –O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Secretária da Vara e a MM. Juíza fazem a seguinte manifestação, ora registrada:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

Excelentíssimo Desembargador,

Em razão da proximidade de término da construção da nova sede desta Vara, bem como da atual situação do seu quadro de servidores, venho informar e requerer o que se segue:

1) A nova sede da Vara do Trabalho de Almenara está na fase final de acabamento. Ocorre que a mudança poderá atrasar, vez que nos foi informado, pelo Setor de Engenharia, que a CEMIG solicitou prazo de 120 a 180 dias para adequar a sua linha de transmissão ao aumento de carga demandado pelo novo prédio. Do mesmo modo, a COPASA encontrou problemas no terreno (rochas), quando da implementação da rede de esgoto, o que também poderá ensejar atrasos na conclusão dos serviços.

Diante das situações apontadas, solicito a intervenção do(s) setor(es) competente(s) deste Regional, para que adote(m) as providências necessárias junto às referidas empresas, no sentido de agilizar a execução dos respectivos serviços.

Esclareço que a urgência na mudança para a nova sede se deve em razão dos sérios problemas de acessibilidade da sede atual, e, ainda, considerando que o imóvel encontra-se em demanda, vez que a Prefeitura Municipal de Almenara - antiga proprietária - negociou o prédio com a Copasa, que inclusive já solicitou a desocupação, desde novembro de 2015, como é do conhecimento da Presidência e Administração deste Regional, conforme e-Pad no. 29124/2015.

2) O prédio da nova sede está localizado em área recém urbanizada, distante do centro da cidade e com pouco patrulhamento por parte da Polícia Militar. Ademais, o imóvel em questão é muito maior que o atual, e as grades de proteção ali existentes são mais frágeis que aquelas instaladas na sede atual.

Deste modo, solicito seja verificada a possibilidade de contratação de um vigilante armado, para atuar na segurança de servidores e jurisdicionados, dadas as circunstâncias acima mencionadas.

3) Atualmente, a Vara do Trabalho de Almenara conta com 06 (seis) servidores do quadro efetivo, sendo 02 deles Oficiais de Justiça, 01 Assistente de Juiz e 01 Assistente da Secretária. Assim sendo, funções estratégicas, tais como Secretário de Audiências//Calculista e Balconista, são atualmente exercidas por servidores requisitados de outros órgãos.

Deste modo, solicito seja nomeado mais 01 (um) servidor efetivo, além daquele recentemente empossado (Pedro Dupin), com vistas a exercer funções estratégicas nesta Unidade.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª**  
**REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

A propósito, o servidor acima mencionado - que reside e estuda na cidade de Teixeira de Freitas/BA, onde cursa Direito - e a Servidora Aléssia Pereira Rocha Mendes - natural da cidade de Jequitinhonha/MG, e que ali reside - nomeada para a Vara do Trabalho de Nanuque, requereram permuta, que foi indeferida pela Gestão de Pessoas deste Regional.

Assim sendo, solicito seja apreciado o requerimento de permuta, o que auxiliará na regularização dos quadros funcionais das Varas do Trabalho em questão, notadamente considerando que esses servidores têm a firme intenção de permanecer nos Municípios pretendidos.

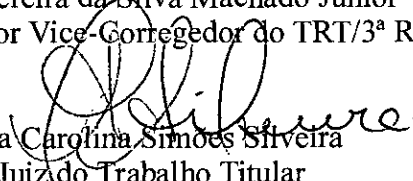
Certa de contar com o valioso apoio de V. Exa, no sentido de auxiliar no atendimentos dos pleitos em tela, antecipamos nossos agradecimentos.

Respeitosamente,

Dra. Ana Carolina Simões Silveira  
Juíza Titular da vara do Trabalho de Almenara

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 11h30min do dia quatorze de setembro de 2016, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior \_\_\_\_\_, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

  
César Pereira da Silva Machado Júnior  
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

  
Ana Carolina Simões Silveira  
Juíza do Trabalho Titular

  
Maria Esther Pires de Faria Guimarães  
Secretária da Vara do Trabalho

